

CANO, Wilson — *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil. 1930-1970*, Global Editora, SP. 1985.

O mérito maior do professor Wilson Cano ao elaborar este estudo foi o de enfrentar diretamente as diversas polêmicas sobre a questão regional no Brasil. Através de análise minuciosa de dados e fundamentado pelo conhecimento amplo de bibliografia referente ao assunto, o autor discute temas que sempre estiveram no centro do debate sobre os desequilíbrios regionais em nosso país. Assim, na Introdução, assinala "alguns equívocos e mitos na Questão Regional" criticando o mito do imperialismo paulista, a visão autônoma do planejamento e a percepção de que a expansão industrial, per se, seria a solução para o atraso, indistintamente, de todas as regiões. É com o objetivo de desfazer estes equívocos e mitos, rechaçando, particularmente, a noção comum de que São Paulo cresce penalizando as regiões periféricas nacionais, que se desenvolve o trabalho. Para dar conta destas questões, remonta à evolução regional brasileira no período 1930-1970, apresentando extenso levantamento sobre o crescimento do produto, do emprego e da produtividade e a concentração regional nos diversos setores industriais e, sobre o impulso do comércio interregional.

Cano parte da hipótese de que antes de atribuir-se o atraso das economias regionais ao intercâmbio com São Paulo, deve-se remetê-lo às condições internas de expansão das forças produtivas capitalistas. Neste sentido, no segundo capítulo, as "linhas gerais da Dinâmica Regional até a crise de 29", analisa a situação econômica dos complexos regionais, no período anterior a etapa em que o crescimento industrial de São Paulo passa a comandar o processo de desenvolvimento nacional e submete as demais regiões ao seu padrão de acumulação.

Aspectos internos, relativos a questões fundamentais, como a estrutura fundiária acentuadamente concentrada, apropriação dos excedentes pelo capital mercantil, reduzida e instável lucratividade das atividades principais e frágil fluxo de renda, podem explicar porque estas regiões não se expandiram e não criaram um setor industrial diversificado e dinâmico.

A partir de 1930, São Paulo, por ser a região mais avançada, tende a comandar o processo de crescimento econômico promovendo a integração dos mercados. Daí em diante, as outras regiões têm no relacionamento com aquele estado um fator decisivo em suas evoluções. Contudo, não se trataria de um "Imperialismo Sanguessuga paulista" que extraísse as riquezas e impedisse o crescimento da periferia nacional. Pelo contrário: é fato, que através de efeitos de estímulos, de bloqueio e de destruição São Paulo imprime em parte o ritmo e a forma da expansão das regiões, forjando, inclusive, a formação de uma economia nacional, porém, como tem oportunidade de demonstrar o autor, estes efeitos levaram as várias regiões a conhecerem taxas de crescimento econômico consideráveis, no período 1930-1970. Salienta, ainda, que com o avanço do processo de Integração do Mercado Nacional acelera-se a taxa de crescimento da indústria regional.

Os desequilíbrios regionais são, neste sentido, resultados de taxas de crescimento diferenciadas e não da expansão de um estado em função da estagnação dos demais. Tampouco pode-se atribuir a concentração industrial em São Paulo a privilégios concedidos pelo governo federal, como afirmam os interessados em perpetuar o mito do impe-

rialismo sanguessuga. Isto se dá, explica Wilson Cano, pela "fria lógica capitalista de localização industrial".

A persistência deste mito, para o autor, serve àqueles que buscam deslocar para o suposto imperialismo interno, as verdadeiras causas da miséria e do desemprego das regiões periféricas (estrutura fundiária, capital mercantil, etc). Tal proposição transpõe para um "conflito entre os estados da federação" situação que, na verdade, refere-se ao caráter extremamente concentrador do capitalismo brasileiro. Os discursos "regionalista", na grande maioria dos casos, tem por objetivo atender as demandas de parte das burguesias regionais. Assim, ao defender-se a alocação de recursos, ou implementação de indústria, na periferia, sem maiores considerações, passa-se ao largo da questão de quem se apropria dos benefícios gerados. Para o autor a

manutenção destes equívocos deve-se tanto aos interesses de empresários regionais, que mais se valem desta argumentação, quanto à visão compartimentada dos problemas sociais e econômicos que impregna parcela dos nossos intelectuais e tecnocratas formados nos anos de autoritarismo.

O trabalho causa excelente impressão sobretudo diante de volumoso levantamento estatístico sobre a indústria regional, constituindo leitura obrigatória para aqueles que se interessam pela problemática regional no Brasil.

Ricardo Lacerda de Melo
Professor do Departamento de Economia
da UFS